



CURITIBA

COMUNICAÇÃO DE COMPROMETIMENTO
PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS
2023



MENSAGEM DO PREFEITO

Tenho a satisfação de confirmar que Curitiba, capital do Paraná, reafirma seu compromisso aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, e reforça a sua responsabilidade em contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio de ações práticas para implementá-los e promovê-los continuamente na Administração Municipal.

Curitiba construiu ao longo de muitos anos um histórico notável em áreas como urbanismo, mobilidade e sustentabilidade, tendo implementado ações pioneiras, como a criação do BRT (*Bus Rapid Transit*, exportado para mais de 250 cidades do mundo), destinação correta de lixo e a valorização de áreas verdes.

O passado da cidade nos obriga a um presente e a um futuro de realizações igualmente marcantes e inovadoras. É o que Curitiba tem procurado fazer.

O período reportado compreende as ações do Plano de Governo 2021-2025, que tem como eixos estruturantes a Solidariedade, a Responsabilidade e a Sustentabilidade, incorporando as metas dos ODS em várias ações desenvolvidas pelos órgãos da Prefeitura.

Além disso, o poder público municipal tem apoiado, estimulado e induzido ações nas várias frentes do Pacto, de forma a agregar todo o ecossistema municipal (sociedade civil, setor econômico e academia) em torno dos programas.

Neste comunicado, apresentamos o compromisso concreto do Município em prol do Pacto Global da ONU e seus princípios. Nos comprometemos a compartilhar esse trabalho com nossos parceiros por meio de nossos canais de comunicação.

Rafael Greca
Prefeito de Curitiba

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos considera “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”, buscando aprimorar a promoção de declarações universais que ampliem a “consolidação da democracia, a promoção da igualdade, o acesso amplo à justiça e a garantia da segurança” (Organização das Nações Unidas, 1948, não p.), ao longo dos anos até os tempos atuais.

Curitiba avança na promoção do acesso aos direitos básicos de cidadania por meio de ações intersetoriais voltadas ao desenvolvimento pleno do indivíduo e à integração com o meio, valorizando a diversidade de expressões e considerando a sustentabilidade de recursos. Assim, é possível demonstrar a interação das ações colaborativas, democráticas e com inclusão social, que buscam assegurar atendimento às necessidades da população curitibana e ofertar uma cidade mais justa, sustentável e resiliente.

A Fundação da Ação Social (FAS), a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria do Governo Municipal (SGM) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), por meio das ações abaixo elencadas, contribuem com o Pacto Global no que diz respeito ao pilar Direitos Humanos, ao buscar o alcance da Agenda 2030, especificamente na dimensão social, que abrange as necessidades humanas de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)

A FAS dirige seus esforços prioritariamente aos cidadãos, grupos e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Por meio dos serviços de proteção básica, trabalha para prevenir situações de risco e promover a socialização e a convivência familiar e comunitária. Já mediante os serviços de proteção social especial, oferece atenção integral às famílias e aos indivíduos com direitos violados e laços familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados (Fundação de Ação Social de Curitiba, 2023).

Assim, a FAS trabalha alinhada ao ODS 1 — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares — na medida em que suas ações buscam: “erradicar a pobreza extrema [...]” (meta 1.1); ao ODS 2 — Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável — ao ter como horizonte “erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano” (meta 2.1); ao ODS 5 — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas — procurando “eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada [...]” (meta 5.2) e “adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação [...]” (meta 5.c); ao ODS 8 — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos — buscando “o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação” (meta 8.3), “reduzir [...] a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor” (meta 8.5), e “erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil [...]” (meta 8.7); ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — procurando “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades [...]” (meta 10.2), “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito” (meta 10.3), “reduzir desigualdades através da adoção de políticas [...] de proteção social”. (meta 10.4), “facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira” (meta 10.7); ao ODS 16 — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis — visando “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares [...]” (meta 16.1) e “proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência” (meta 16.2); ao ODS 17 — Fortalecer os meios de implementação e

revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável — buscando “implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável” (meta 17.15) (IPEA, 2019).

Programa “Eu me Viro” implantado (metas 1.1 e 10.2)

Os adolescentes de 16 a 18 anos atendidos nas unidades de acolhimento da FAS participaram de oficinas que abordaram temas como planejamento financeiro, marketing pessoal, organização e outras atividades que podem contribuir para a sua autonomia e vida adulta. Com o êxito do projeto piloto, o programa continuará sendo desenvolvido.

Programa “FAS para Elas” (metas 1.1, 5.2, 5.c, 8.3, 8.5, 10.2 e 10.3)

O Programa “FAS para Elas” reúne uma série de ações de apoio à empregabilidade e à capacitação profissional, além de promover espaços de reflexão, desenvolvimento de habilidades sociais e até reconhecimento pessoal.

O programa promove cursos de qualificação profissional a mulheres, além de orientação sobre toda a programação dos Mutirões de Emprego realizada pela Diretoria de Qualificação e Relações do Trabalho, bem como o encaminhamento das participantes ao mercado de trabalho.



Foto 1 - Projeto da Prefeitura qualifica mulheres para superação de vulnerabilidades. Foto: Sandra Lima

Programa “Erga-se” implantado (metas 1.1, 8.5, 10.2, 10.3 e 17.15)

O Programa “Erga-se” visa a ampliação da oferta de vagas de acolhimento temporário, em “hotel social” promovendo a independência da vida cotidiana e a participação em programas de qualificação profissional e encaminhamento para oportunidades de trabalho, buscando a superação da vulnerabilidade da situação de rua.



Foto 2 -Pessoas em situação de rua fazem curso de pizzaiolo e sonham com volta ao trabalho.
Foto: Sandra Lima

Abordagem Social para a População em Situação de Rua intensificada (metas 2.1)

O Serviço Especializado de Abordagem Social (SEABS) é um serviço continuado que prevê o estudo territorial de acordo com os pontos de maior incidência de pessoas em situação de rua, sendo intensificado de acordo com a demanda apresentada.

Programa “Anjos da Guarda” implantado (metas 5.2, 8.7, 10.4, 16.1 e 16.2)

Com o objetivo de qualificar equipes para a abordagem e o enfrentamento às violações de direitos contra crianças e adolescentes (combater o trabalho infantil e o abuso sexual para crianças e adolescentes), foram realizadas capacitações para a equipe do programa.

A primeira ocorreu em um seminário municipal referente ao dia 12 de junho, data de sensibilização nacional para o combate ao trabalho infantil, também com a participação de outras equipes da assistência social e rede de proteção. Um outro momento de capacitação ocorreu em julho, especificamente com a equipe de educadores sociais e equipe técnica.

Programa “Família Extensa para idosos” implantado (metas 10.2 e 10.4)

O programa Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa, na modalidade de Família Extensa, permite que os idosos sejam acolhidos por familiares ou pessoas com quem possuem vínculo afetivo. O programa prevê o pagamento de uma bolsa R\$ 998 para quem fizer o acolhimento.

O Programa Acolhimento Familiar no município instituído através da Lei nº 16106, de 13 de dezembro de 2022. A criação do Programa deverá ser feita por meio de Lei Municipal. A minuta para o Projeto de Lei está concluída e em tramitação interna para análise pelos setores competentes da Fundação de Ação Social.

A criação do Programa Família Extensa para idosos tem o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária de pessoas idosas e evitar a institucionalização.

“República para Migrantes” implantada (metas 10.2, 10.3, 10.4 e 10.7)

Coordenado pela Fundação de Ação Social (FAS), o acolhimento funciona na modalidade de república, onde as famílias mantêm a organização do ambiente. Com a nova unidade, o município busca acolher, proteger e integrar migrantes, prioritariamente estrangeiros, e refugiados na cidade.

O espaço é de gestão coletiva das famílias que se encontram acolhidas provisoriamente.



Foto 3 - Inauguração da Casa da Acolhida para Família Migrante. Na imagem, a venezuelana Flor, o marido Rami Abouharb e os filhos Axel e Astride. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Programa “Família Segura” implantado (metas 10.2, 10.4 e 16.2)

O Programa “Família Segura” propõe o acolhimento provisório para famílias em situação de desabrigo.

O Programa Família Segura contempla dois projetos. O primeiro refere-se a acolhimento provisório para famílias em desabrigo, as quais já estão sendo atendidas em apartamento destinado em termo de comodato para a FAS pela COHAB. O segundo refere-se à implantação de república para acolhimento de migrantes e coletores de material reciclável, que está em processo de finalização do projeto arquitetônico junto ao IPPUC.

Atendimento ampliado na “Pousada de Maria” (metas 5.2, 5.c, 10.3, 10.4 e 16.1)

A Pousada de Maria foi a primeira casa de acolhimento de mulheres em situação de risco social ou vítimas de violência doméstica do Brasil. A unidade tem capacidade de atender 20 mulheres, com ou sem filhos. Seu endereço é mantido sob sigilo para preservar a segurança das vítimas que para lá são encaminhadas. A equipe técnica que trabalha no local busca primeiramente proteger as mulheres do risco, para depois, gradativamente, fazer sua inserção em diferentes serviços e oportunidades que favoreçam a autonomia e a superação.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA (COHAB)

A COHAB colabora para o alcance dos ODS na dimensão dos direitos humanos, à medida que tem como missão “implementar a política habitacional de interesse social, com qualidade e sustentabilidade, promovendo a cidadania” (Curitiba, 2022, p.45).

Assim, atua em favor do ODS 1 — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares — procurando “garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica [...]” (meta 1.4) e “construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais” (meta 1.5); do ODS 3 — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades — trabalhando para “enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal [...]” (meta 3.2), “acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis” (meta 3.3) e “reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo” (meta 3.9); do ODS 6 — Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos — conforme busca “alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todos” (meta 6.1); do ODS 7 — Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos — visando “expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos” (meta 7.b); do ODS 11 — Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis — visando “garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários [...] com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade” (meta 11.1), “reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade” (meta 11.5), “apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento” (meta 11.a), e “apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais” (meta 11.c) (IPEA, 2019).

Adequar e compatibilizar a Legislação de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária (meta 11.1)

A regularização fundiária de interesse social (Reurb-S) é uma ferramenta que visa legalizar os assentamentos irregulares consolidados, a fim de garantir a posse da terra para as famílias residentes, por meio da titulação dos lotes habitacionais.

A partir da publicação do decreto 1.488/2022, em outubro/2022, resultante da adequação da legislação de habitação de interesse social e regularização fundiária, o material técnico necessário para o processo de regularização fundiária das áreas elencadas foi ajustado pra atender as novas diretrizes previstas nessa nova legislação.

Termos de uso e concessão de solo (TUCS) regularizados (metas 1.4 e 11.1)

O Termo de Uso e Concessão de Solo (TUCS) é o instrumento pelo qual a Administração Pública transfere o uso do terreno público a particular para fins específicos de urbanização de interesse social.

A Cohab Curitiba está trabalhando na regularização de ocupações irregulares por meio da Reurb, ferramenta que visa legalizar os assentamentos irregulares consolidados, a fim de garantir a posse da terra para as famílias residentes, por meio da titulação dos lotes habitacionais. A regularização fundiária de interesse social – Reurb reduz o número de etapas da regularização fundiária e oferece aos municípios novos mecanismos que facilitam as regularizações.

Regulamentada em Curitiba por meio do decreto número 1488/22, a Reurb começou a ser aplicada em fevereiro de 2023. De acordo com as legislações federal e municipal, a data limite para serem considerados assentamentos irregulares consolidados é 22 de dezembro de 2016. Ocupações surgidas após essa data de corte não se enquadram na aplicação do novo instrumento.

O número de títulos entregues desde 2017 chegou a 6.322. São famílias que passaram a fazer parte da “cidade formal”, após anos na irregularidade.

Aluguel social implementado em áreas infraestruturadas para atendimento de famílias cadastradas na fila da COHAB (meta 11.1)

A locação social é um instrumento utilizado pela COHAB-CT para o atendimento de pretendentes da fila que estão dispostos a pagar um aluguel com valor abaixo de mercado, em um imóvel que possui discussão judicial e por isso ainda não está livre para ser comercializado.

Convênios com o Governo do Estado formalizados (meta 11.1)

Através das parcerias com a iniciativa privada para atendimento à fila de inscritos, é possível ampliar o adensamento de conjuntos habitacionais, assegurando maior número de unidades comercializadas e valores mais acessíveis.

A Cohab atendeu 8.082 famílias desde 2017, com a entrega de 2.170 novas moradias e 5.912 títulos de propriedade. Entre obras em andamento, em contratação e processos de Reurb já instaurados, outras mais de 4 mil famílias devem ser beneficiadas em curto prazo.

Entrega de novas unidades habitacionais produzidas por meio de parcerias com Agentes Financeiros, Empresas da Construção Civil e COHAB-CT para atender as famílias cadastradas (meta 11.1)

A COHAB-CT possui diversos tipos de atendimento. Um deles é o atendimento de famílias cadastradas que possuem capacidade de aprovação de crédito imobiliário junto ao agente financeiro e conseguem adquirir as unidades habitacionais produzidas pela iniciativa privada em parceria com a COHAB-CT.

Os imóveis são ofertados por meio de parcerias da Cohab com a iniciativa privada. Os apartamentos podem ser financiados em até 30 anos, desde que a idade do comprador não ultrapasse 80 anos ao final do contrato.



Foto 4 - Jhonatan Batista assinou o contrato de aquisição do Residencial Colina do Norte, no bairro Santa Cândida. Foto: Rafael Silva

Incentivo e benefícios municipais para ampliação das Parcerias com Agentes Financeiros e Empresas da Construção Civil (meta 11.1)

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba analisa continuamente as necessidades de incentivos e benefícios que possam facilitar o acesso/aquisição da casa própria para ampliar a sua contribuição para a redução da demanda habitacional do município de Curitiba. Entretanto, este tipo de atendimento sofreu impacto negativo com a instabilidade econômica atual, asseverando duas questões que sempre dificultaram a aquisição habitacional: a incidência do ITBI e o valor de entrada do imóvel (valor que na maioria das vezes não é financiado pelo agente financeiro). No início deste ano, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS aprovou um aporte de recurso que subsidiará a aquisição de unidades habitacionais produzidas por meio das parcerias, para as famílias que aguardam atendimento na FILA – cadastro de interessados na aquisição de imóvel.

Novas unidades habitacionais, utilizando soluções inovadoras e sustentáveis entregues (metas 1.4, 1.5, 3.2, 3.3, 3.9, 6.1, 7.b, 11.1, 11.5, 11.c)

Com a regulamentação da nova legislação, publicado o Decreto 1488/2022 (que dispõe sobre a aplicabilidade da Lei Federal 13.465/2017) e do Decreto Federal 9.310/2018 (que dispõem sobre as normas de regularização fundiária rural e urbana e regulamenta o processo administrativo de Regularização Fundiária - REURB no âmbito do Município de Curitiba), a COHAB-CT optou por rever os seus projetos, com a finalidade de otimizar a utilização dos espaços e viabilizar um número maior de moradias para as famílias cadastradas para reassentamento.



Foto 5 - A Cohab Curitiba dá início às obras na Vila Divino, no Atuba. Foto: Rafael Silva

Produção habitacional conjunta por meio de parcerias com o estado e cidades vizinhas (metas 11.1 e 11.a)

Em 2022 a COHAB-CT aderiu ao Programa Estadual Casa Fácil, possibilitando que os empreendimentos desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada pudessem receber o subsídio no valor de R\$ 15 mil reais para a aquisição da unidade habitacional, o que facilitou o acesso à moradia para diversas famílias.

No ano de 2022 não foram entregues imóveis produzidos por empresas parceiras na região metropolitana de Curitiba para atender a FILA de pretendentes da COHAB-CT.



Foto 6 - Obras do residencial Colinas do Norte, parceria da Cohab com a iniciativa privada. Foto: Daniel Castellano/SMCS

Títulos de propriedade disponibilizados (metas 1.4 e 11.1)

O número de títulos entregues desde 2017 chegou a 6.322. São famílias que passaram a fazer parte da “cidade formal”, após anos na irregularidade. Foram priorizados os contratos em nome das mulheres, desse modo a propriedade da terra está garantida e poderá ser passada de geração em geração.



Foto 7 - Casas da Cohab e recuperação ambiental transformam realidade no Prado Velho. Na imagem, o aposentado José dos Santos. Foto: Divulgação/Cohab

Unidades habitacionais já implantadas e regularizadas (CVCO) (1.4 e 11.1)

Foram entregues, em novembro de 2021, documentos de propriedade que beneficiam 215 famílias que viviam de maneira irregular nos bairros Sítio Cercado e Guaíra. A iniciativa da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) garantiu a segurança dos moradores.

As duas áreas surgiram na mesma época, há cerca de 12 anos. Ambas receberam importantes obras de urbanização ao longo dos anos e como última etapa do processo de regularização fundiária, os moradores contemplados tornam-se proprietários legais de seus terrenos.



Foto 8 - Famílias recebem título de propriedade. Foto: Rafael Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (SME)

A SME oportuniza o alcance dos direitos humanos e dos ODS ao “atuar, por meio do desenvolvimento sustentável local, em consonância com as demandas globais, assegurando educação de qualidade para crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino” (Curitiba, 2022, p. 334).

Suas ações se alinham ao ODS 03 — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades — ao procurar “enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos [...]” (meta 3.2); ao ODS 04 — Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida; visando “garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes” (meta 4.1); “assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental” (meta 4.2); “eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade” (meta 4.5); “garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (meta 4.7); “ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos” (meta 4.a); ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — buscando “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra” (meta 10.2) e “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados [...]” (meta 10.3); ao ODS 11 — Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis — ao buscar “garantir o acesso [...] aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários [...] com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade” (meta 11.1); e por fim, ao ODS 13 — Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos — visando “melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce” (meta 13.3) (IPEA, 2019).

Programa LEIA + (metas 4.1, 4.7 e 10.3)

O Programa Leia+, lançado em 2021, busca garantir o direito à educação de qualidade a todos, diminuir as desigualdades educacionais e não deixar ninguém para trás, por meio de recursos financeiros, ampliação do número de profissionais e acompanhamento pedagógico. Com base no Indicador de Vulnerabilidade de Curitiba (IVC) – que engloba aspectos sociais, financeiros, pedagógicos e de gestão escolar, considerando dados das escolas, estudantes e suas famílias – unidades são selecionadas para participar do Programa. Elas recebem aporte financeiro de 5% a 10% do valor de cada parcela do fundo rotativo, para fortalecer ações equânimes no interior das unidades.

O Projeto de Apoio Pedagógico LEIA+ busca garantir a efetiva aprendizagem para todos os estudantes matriculados nas unidades escolares pertencentes ao Programa LEIA+, principalmente àqueles que, pela singularidade do percurso de desenvolvimento e da vulnerabilidade da trajetória de aprendizagem, demandam ampliação do tempo escolar como possibilidade de retomar, com maior objetividade, a apropriação de saberes/conteúdos prioritários.

Além do Projeto de Apoio Pedagógico LEIA+, o programa oferta o LEIA+ Esportes, que atende estudantes em diferentes modalidades esportivas com atividades sistemáticas no contraturno escolar. Ainda há o LEIA+ Extensão, que garante a recomposição/retomada das aprendizagens de estudantes, de conteúdos elementares do currículo, além das ações culturais e do aporte de materiais. Atualmente são atendidas em torno de 35,7 mil crianças em 50 escolas e 50 CMEIs.

Plano Municipal Pela Primeira Infância (metas 4.2 e 3.2)

O Plano Municipal pela Primeira Infância, concluído em 2022, vai virar lei em Curitiba. Em janeiro de 2023, a secretária municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, recebeu o vereador Dalton Borba para tratar da tramitação da lei na Câmara Municipal. O documento estabelece as diretrizes para as políticas públicas para atender os direitos das crianças de até 6 anos de idade. O texto traz um plano detalhado de proteção aos direitos das crianças na primeira infância. Entre as diretrizes estão a erradicação do analfabetismo, superação de desigualdades educacionais, formação para o trabalho e a cidadania – ações alinhadas ao Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal 13.257/2016).



Foto 9 - A secretária municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, recebeu o vereador Dalton Borba para tratar da tramitação da lei na Câmara de Vereadores. Foto: divulgação.

Núcleo de Gestão da Educação Ambiental na SME implantado (metas 4.7 e 13.3)

O Núcleo para Gestão da Educação Ambiental é uma iniciativa voltada à perspectiva formativa da cidadania socioambiental, com ênfase na sustentabilidade, autonomia e valores como solidariedade, respeito e responsabilidade entre humanos e deles com o ambiente natural. As práticas do Núcleo de Gestão da Educação Ambiental foram implantadas no espaço no Bosque Zaninelli, no bairro Pilarzinho. Com a adaptação e aquisição de equipamentos para as práticas, a SME oferece no local oficinas e cursos de sustentabilidade ambiental em um trabalho de parceria entre as secretarias municipais do Meio Ambiente e da Educação. Todo o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Sustentabilidade é feito por educadores ambientais das secretarias, que buscam formar multiplicadores de boas práticas ambientais.



Foto 10 - Escola Municipal de Sustentabilidade completa 1 ano e recebe atividades para comemorar a data. Foto: Daniel Castellano/SMCS

Sistema de Validação de Fluxo Escolar (metas 4.1 e 4.5)

O cadastramento de novas crianças na pré-escola ou no 1º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino é necessário para a SME dimensionar as turmas e organizar a estrutura necessária para o próximo ano letivo. Com a implementação do Sistema de Fluxo Escolar – SisFluxo, em 2022, a secretaria ganhou mais agilidade e confiabilidade nos dados. A automação dos fluxos – que antes dependia de e-mails e do Sistema Único do Protocolo da Prefeitura – permite distribuir melhor as turmas e seu dimensionamento em razão do número de estudantes, do espaço físico, de necessidade de recursos humanos e demais ações de logística para o funcionamento das 185 escolas e 230 Centros Municipais de Educação Infantil. As famílias podem indicar de três a cinco opções de unidades de ensino, e a distribuição

de vagas é feita a partir do endereço da família, sendo que a intenção é garantir a matrícula de cada criança na unidade mais próxima de casa.

Contratação/ampliação de profissionais de apoio à inclusão (metas 4.5)

Desde o início do ano letivo de 2023, foram contratados 1300 profissionais de apoio à inclusão para atuar nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Eles se reuniram em abril de 2023, na Universidade Livre do Professor, para debater a educação especial e inclusiva, durante a conferência pedagógica promovida pela Secretaria Municipal da Educação.

A rede municipal de ensino soma atualmente 8,7 mil crianças e estudantes com algum tipo de atendimento especializado. São 15 modalidades de atendimento oferecidas a estudantes em processo de inclusão, o que inclui crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, Síndrome de Down, comprometimento motor, Transtornos Funcionais Específicos, entre outros. O atendimento é realizado no contraturno escolar.



Foto 11 - Conferência pedagógica foi promovida pelo Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado. Foto: divulgação

Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – CMAEE para Altas Habilidades/Superdotação (metas 4.5, 4.a e 10.2)

A rede municipal de ensino de Curitiba tem 333 estudantes com altas habilidades/superdotação atendidos nos Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEEs) e nas salas de recursos especiais. Esse número foi possível com a abertura, no início de 2022, de 15 novas salas de recursos para

atendimento de crianças e estudantes com altas habilidades/superdotação, em todas as dez regionais. O número foi quadruplicado desde 2021.

O atendimento educacional especializado, realizado no contraturno escolar, está disponível nas unidades da rede municipal de ensino de manhã e à tarde. O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado oferta avaliação diagnóstica psicoeducacional e atendimento terapêutico-educacional nas áreas de pedagogia especializada, reeducação auditiva, reeducação visual, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e serviço social a estudantes com necessidades educacionais especiais, matriculados prioritariamente em escolas e creches municipais ou que residam em sua área de abrangência.

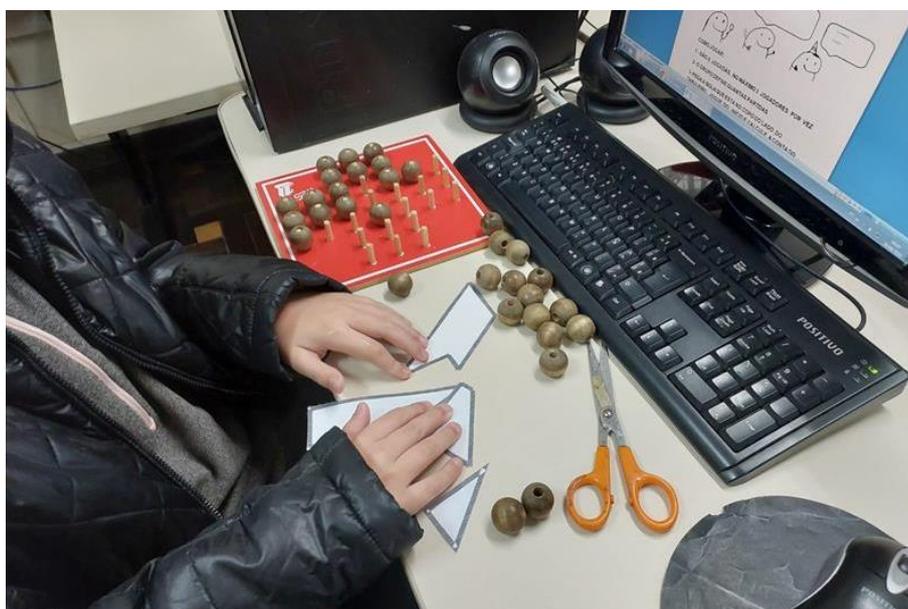


Foto 12 - Estudante cria jogos e projetos no CMAEE Matriz. Foto: divulgação

Vagas de educação infantil (0 a 3 anos de idade) ampliadas (metas 4.2 e 3.2)

Em 2022, a Prefeitura de Curitiba ofertou 52.675 vagas de Educação Infantil, quando a meta era atingir 51.221 até 2025. A ampliação é um trabalho constante e envolve a abertura de novos CMEIs, a adequação dos espaços e a ampliação de vagas na rede contratada, com processo de credenciamento realizado já no início do ano para as instituições privadas e/ou comunitárias interessadas em atender crianças de 0 a 3 anos de idade com vagas em turmas da Educação Infantil.

Um exemplo das ações é a reforma e a ampliação da Escola Municipal Joana Raksa, no bairro Caximba, a mais distante do Centro. A iniciativa vai expandir a oferta de ensino e oferecer uma estrutura de qualidade para os curitibinhas da região do extremo sul da cidade. A intervenção consiste em quatro novas salas de aula, novo refeitório, quatro sanitários (dois com vestiários), depósito, cisterna para incêndio, área para prática de capoeira e calçadas em *paver* (blocos de concreto), totalizando 580 m² de área construída. Os serviços devem ser concluídos em fevereiro de 2024.

Em agosto de 2023, a Prefeitura também lançou novo edital de credenciamento para as instituições de ensino particulares interessadas em ofertar vagas na Educação Infantil em 2024. O objetivo é garantir um banco com maior número de unidades de ensino habilitadas para a contratação inicial de 13.130 vagas.



Foto 13 - Ampliação da Escola Municipal Joana Raksa, atendendo ao Projeto de Gestão de Risco Climático do Bairro Novo da Caximba. Foto: José Fernando Ogura/SMCS.

Escolas com a oferta do atendimento em tempo integral ampliada (meta 4.7)

Em Curitiba, 82,7% das escolas da rede municipal de ensino ofertam educação integral em tempo ampliado. Das 185 unidades, 153 já têm essa opção, atendendo cerca de 55 mil estudantes. Até o final de 2024, a meta é ampliar a oferta a todas as 185 unidades. Curitiba já trabalha na expansão do integral desde 2017. Em março de 2018 já havia atingido, antes do prazo previsto, a meta de oferecer tempo integral em metade das escolas da rede. Eram 92 escolas integrais, o equivalente a 50,2% da meta proposta.

O aumento da oferta é feito de maneira gradativa e depende da estrutura das unidades e da demanda da comunidade. O integral permite que o estudante permaneça com até 9 horas de atividades na escola e garante acesso a atividades pedagógicas como práticas de movimento, Ciência e Tecnologia, Matemática, Língua Portuguesa, entre outras. A alimentação escolar também é adequada ao tempo maior em que os estudantes permanecem na unidade educacional.



Foto 14 - Revitalização da Unidade de Educação Integral Maria de Lourdes Pegoraro, no Cajuru.
Foto: Pedro Ribas/SMCS

CMEI Dom Barusso – Núcleo Regional de Ensino Bairro Novo (metas 3.2, 4.2, 4.a, e 11.1)

As famílias da Regional Bairro Novo receberam em abril de 2023 um novo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), o Maestrina Esmeralda Rovani, no Ganchinho. O CMEI é o 231º da rede municipal de ensino e homenageia a professora da rede e regente do Coral Infantil das 1000 Vozes, falecida em 2021. A capacidade de atendimento é de 150 crianças, em seis turmas de berçário, maternal e pré. São seis salas de atendimento, lactário, espaço do programa Mama Nenê (para as mães amamentarem os filhos na unidade) e banheiros com acessibilidade e adequados às idades. A unidade também conta com espaço para a equipe pedagógica, cozinha, áreas

administrativas e de serviços, parquinho infantil, solários, refeitório e pátio coberto. O município investiu R\$ 3,4 milhões na nova unidade, que beneficia as famílias das Moradias D. Barusso.

Com isso, uma série de obras e serviços beneficiam os moradores da região. Quem reside na rua do CMEI, por exemplo, ficou livre dos buracos, da poeira e da lama a partir das intervenções do programa Asfalto no Saibro que, desde 2019, garantiu mais de 800 metros de asfalto na via, infraestrutura de drenagem, com implantação de galerias de águas pluviais, bocas de lobo e meio-fio. Esses moradores também foram contemplados com nova iluminação, com lâmpadas em tecnologia LED, que são mais econômicas e eficientes.



Foto 15 - Inauguração do CMEI Maestrina Esmeralda Rovani no Bairro Ganchinho. Foto Daniel Castellano/SMCS

Escola Municipal Aroeira com quadra coberta – Núcleo Regional de Ensino Boa Vista (metas 4.1, 4.a e 11.1)

Na região do Jardim Aliança, no bairro Santa Cândida, não havia escola nem creche. Para ampliar a oferta de ensino público municipal na região, começou a ser construído, ao lado do Residencial Aroeira, a Escola Municipal Metry Bacila, a 186ª da Rede Municipal. A ampliação da Rede vai atender a 600 estudantes do ensino fundamental, em 1.919,22m² de área construída, distribuídos entre dez salas de aula, sala de informática, biblioteca, salas para os professores, equipe pedagógica, sala da direção, secretaria, copa, almoxarifado, depósito. A escola também contará com dois pátios e uma quadra esportiva coberta. O investimento é de R\$ 6,9 milhões e a previsão é de que os serviços sejam concluídos no segundo semestre de 2024.



Foto 16 - Curitiba investe R\$21 milhões em obras na área da educação. - Na imagem, Escola Municipal Aroeira. Foto: Luiz Costa/SMCS

CMEI Aroeira – Núcleo Regional de Ensino Boa Vista (metas 4.2, 4.a, 3.2, 11.1)

Muito próximo à escola Municipal Metry Bacila, a cerca de 650 metros, também começou a construção do CMEI Aroeira, que terá capacidade para atender 200 crianças de até 5 anos. Serão investidos R\$ 5,1 milhões na unidade, que contará com oito salas para atendimento, três solários, varanda, parquinho, refeitório, pátio coberto, cozinha, lactário, sala para amamentação, oito banheiros, lavanderia, fraldário e estacionamento. A previsão é concluir a obra até o final 2024.

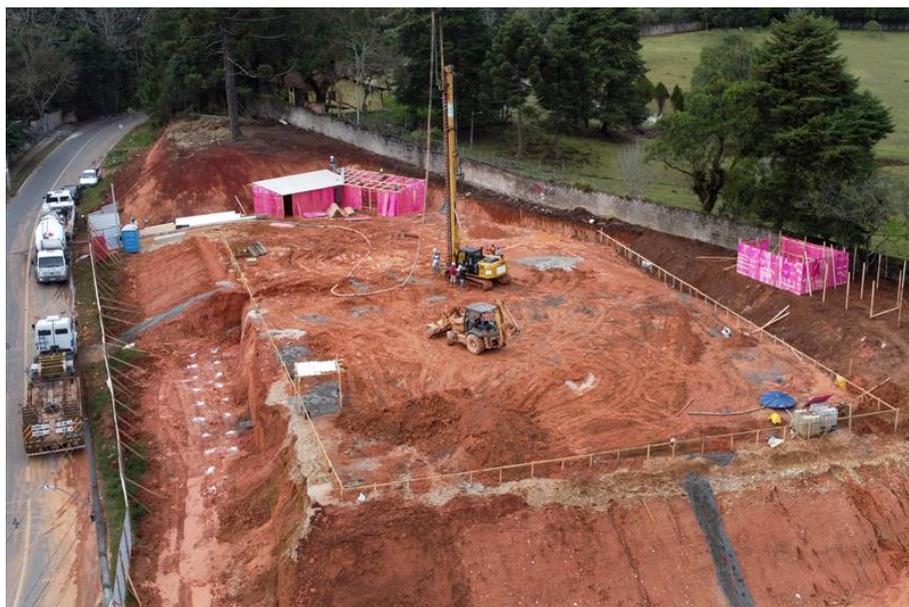


Foto 17 - Curitiba investe R\$21 milhões em obras na área da educação. Na imagem, CMEI Aroeira. Foto: Luiz Costa/SMCS

A alimentação saudável também está presente nas escolas e CMEIS. Os cardápios são elaborados por nutricionistas da Secretaria Municipal da Educação para atender todas as necessidades das crianças e estudantes. São oferecidos cardápios especiais para os casos de diabetes, doença celíaca, intolerância à lactose, vegetarianos, entre outros.

Por dia, a rede municipal de ensino curitibana serve aproximadamente 300 mil refeições, o que inclui a alimentação da manhã, almoço e tarde. O número de refeições diárias varia conforme a idade da criança e se ela está no período integral ou regular, por exemplo.

Nos CMEIs são oferecidas de quatro a cinco refeições diárias (café da manhã, colação, almoço, lanche e jantar). Algumas crianças ainda mamam, então há lactários e cantinhos de amamentação nos CMEIs. As mães podem utilizar o espaço do Mama Nenê ou deixar o leite materno para alimentar seu bebê.

Os estudantes que permanecem em tempo regular nas unidades recebem uma refeição diária que corresponde a 30% de sua demanda em calorias e nutrientes diariamente. E quem está no ensino integral recebe três refeições por dia, que fornecem 70% das necessidades nutricionais.



Foto 18 - Cardápios especiais da alimentação escolar, CMEI Centro Cívico. Foto: Levy Ferreira/SMCS

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (SGM)

A SGM articula as ações governamentais de forma integrada, compartilhada e descentralizada. Por meio da sua Assessoria de Direitos Humanos, contribui diretamente para o alcance dos ODS, na dimensão dos direitos humanos, mediante políticas para mulheres e de diversidade sexual, além de promover ações afirmativas para as populações negra, cigana e indígena. Além disso, o Departamento dos Direitos da Pessoa com Deficiência atua para garantir que a pessoa com deficiência exerça plenamente a sua cidadania.

Dessa maneira, a SGM atende ao ODS 5 — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas — ao “adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação [...]” (meta 5.c); ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — ao trabalhar para “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra” (meta 10.2) e “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito” (meta 10.3); e, por fim, ao ODS 16 — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis — ao se empenhar para “ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis” (meta 16.6) e “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” (meta 16.10).

Assistente virtual criada (10.2, 16.6 e 16.10)

O Projeto Luz de Curitiba constitui-se de uma assistente virtual baseada em inteligência artificial por meio de voz que contempla, entre outras funcionalidades, o atendimento à pessoa com deficiência visual, com o objetivo de transmitir informações básicas da Cidade de Curitiba, novo canal de atendimento à população (com informações e também com a possibilidade de registros dos protocolos 156).

Caravanas Étnico Cultural realizadas (meta 10.2)

Com a publicação do decreto municipal nº 770/2022 houve a criação das Caravanas Étnico Culturais que foram elaboradas pela SGM – Assessoria de Direitos Humanos. E as competências específicas, definidas e articuladas junto às Secretarias Municipais envolvidas no Projeto: Fundação Cultural de Curitiba – FCC; Instituto Curitiba Turismo – CTUR; Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN; Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ e Comunicação Social – SMCS. Pensadas para combater o racismo e o preconceito, as Caravanas Étnico-Culturais reúnem artistas negros, indígenas e ciganos, com apresentações artísticas — de dança, shows musicais, escola de samba, capoeira, além de oficinas, entre outras. As Caravanas são itinerantes percorrendo as 10 Administrações Regionais da cidade.



Foto 19 - Lançamento do projeto Caravana Étnico-Cultural no Palácio 29 de Março. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Campanha sobre Igualdade Étnico-Racial (meta 10.3)

Iniciada em 2023 a campanha para enfrentamento ao racismo, violência contra as mulheres, LGBTI+ e autonomia e direitos dos grupos étnicos, nas regionais Matriz e Boa Vista. A ação prevê produção e impressão de materiais gráficos para distribuição na campanha de enfrentamento ao racismo e valorização dos grupos étnicos, como também a realização de capacitação sobre a temática na Administração Regional Boa Vista e Matriz e por fim, realização de Caravana Étnico Cultural nas referidas administrações regionais.



Foto 20 - Caravana Étnico-Cultural oferece oficinas interativas para adultos e crianças. Foto: divulgação

Campanha para o enfrentamento à LGBTIfobia (meta 10.3)

Iniciada em 2023 a campanha para enfrentamento ao racismo, violência contra as mulheres, LGBTI+ e autonomia e direitos dos grupos étnicos, nas regionais Matriz e Boa Vista. A campanha para o enfrentamento à LGBTIfobia começou com a elaboração da cartilha "Enfrentamento à LGBTIfobia", com informações relevantes objetivando informar e orientar a sociedade sobre a LGBTIfobia. Distribuição de material informativo para ampla distribuição nos eventos promovidos pela Assessoria de Políticas da Diversidade Sexual. Houve a realização de ações para o enfrentamento à LGBTIfobia nas Ruas da Cidadania Matriz e Boa Vista, participação em eventos e ciclos de debates sobre a temática. Acrescenta-se a realização de palestras em diversos espaços da Prefeitura Municipal de Curitiba e participação com o tema no Curso: Atendimento ao Cidadão - Frente de Qualificação e Inovação - Ruas da Cidadania, realizado nas 10 Ruas da Cidadania.



Foto 21 - Cartilha traz dicas para evitar preconceito e discriminação contra LGBTI+. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Campanha para o enfrentamento à violência contra mulheres (meta 5.c)

Iniciada em 2023 a campanha para enfrentamento ao racismo, violência contra as mulheres, LGBTI+ e autonomia e direitos dos grupos étnicos, nas regionais Matriz e Boa Vista. Esta campanha prevê oferta de serviços da Casa da Mulher Brasileira e da unidade móvel do Ônibus Lilás, também distribuição de material informativo, oferta e divulgação de curso, capacitação sobre violência doméstica e familiar online, e roda de conversa envolvendo a temática.



Foto 22 - Caminhada do meio-dia marca o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Foto: Hully Paiva/SMCS

Desenvolvimento profissional dos servidores da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (meta 5.c e 10.3)

A partir do início de 2022, por meio de articulação intersetorial houve o planejamento e construção das ações para realização do curso, seguindo para a elaboração técnica e metodológica do curso Direitos Humanos na Prática e seu material pedagógico e áudio visual. Os mesmos processos ocorreram para os cursos: “Abordagem e Manejo no atendimento às mulheres vítimas de violência familiar e doméstica” e “Lei Maria da Penha e Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência”, informa-se que todos os três cursos foram disponibilizados para os servidores.



Foto 23 - Inscrições para o curso Direitos Humanos na Prática. Na imagem, a servidora Juliana Rech lung que já concluiu o curso. Foto: divulgação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SMSAN)

A SMSAN contribui diretamente para os direitos humanos e para os ODS ao implementar programas, projetos e ações visando promover a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente aquela em situação de insegurança alimentar e nutricional. Seus projetos estão alinhados às diretrizes da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que visam a sustentabilidade ambiental e econômica, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social.

Assim, por meio de suas políticas, a SMSAN se volta ao ODS 1 — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares — ao procurar “erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas [...]” (meta 1.1), “reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária [...]” (meta 1.2), e “garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais” (meta 1.4); ao ODS 2 — Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável — ao trabalhar para “erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano” (meta 2.1), “erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, [...] em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais” (meta 2.2), e “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos [...]” (meta 2.4); ao ODS 8 — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos — ao procurar “ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental [...]” (meta 8.4); e, por fim, ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — ao buscar “progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos” (meta 10.1) e “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades [...]” (meta 10.2) (IPEA, 2019).

Hortas urbanas comunitárias ampliadas (metas 1.4, 2.1, 2.2, 2.4, 8.4, 10.1 e 10.2)

Horta Urbana é uma intervenção requalificadora do espaço público, destinada ao resgate da alimentação saudável e sustentável, integração social, regeneração ambiental, promoção do empreendedorismo social, geração de renda e trabalho. Em setembro de 2023, a cidade conta com 147 hortas comunitárias e com o trabalho continuado de revitalização delas.



Foto 24 - Hortas Urbanas Paraná III e IV, e Santa Rita I, no bairro do Tatuquara, são revitalizadas com novos canteiros. Na imagem, Denise dos Santos, Coordenadora da Horta Moradias Paraná.
Foto: José Fernando Ogura/SMCS

Unidades de referência de produção em hortas comunitárias para agregação de valor de geração de renda (metas 1.1, 1.2 e 10.1)

Unidade de referência é a seleção de hortas com a finalidade de se tornarem um exemplo a ser seguido de boas práticas de inovação, neste caso, o uso de processos destinados a verticalização da produção agrícola, com a finalidade de promover a sustentabilidade econômica do espaço e oportunizar trabalho e renda às famílias dos hortelãos. Em Curitiba as unidades de referência encontram-se nas regionais Cajuru, CIC e Tatuquara com ações de: compostagem, autossustentabilidade, desenvolvimento de atividades de agregação de valor e de geração de renda.

Fazenda Urbana CIC implantada (metas 1.4, 2.1, 2.2, 2.4 e 8.4)

As Fazendas Urbanas são espaços de transformação social a partir da incorporação continuada do cidadão no âmbito das boas práticas da segurança alimentar e nutricional, que através de uma programação específica, contempla práticas de produção e consumo sustentáveis, adequadas ao ambiente urbano,

destinadas a produção de alimentos, melhoria da qualidade alimentar e nutricional, promoção social, educação ambiental, bem como a geração de emprego e renda. Para a Fazenda Urbana da CIC, a primeira fase do projeto está prevista para ser entregue ainda em 2023, com a implantação de uma agrofloresta no espaço, que conta com o plantio de 240 mudas de espécies de árvores nativas. As demais estruturas que formam a segunda parte do projeto estão com previsão para 2024, com a inauguração da unidade.



Foto 25 - Crianças efetuam o plantio de mudas de Erva Mate no local onde funcionará a nova Fazenda Urbana da CIC. Foto: José Fernando Ogura/SMCS

Cozinhas comunitárias em espaços privados fomentadas (metas 1.1, 1.4, 2.1 e 2.2)

Promover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, através da rede de programas de acesso alimentar da SMSAN – Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância a público alvo que são famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, cadastradas junto ao CadÚnico, a partir da expansão do Programa Mesa Solidária, através da implementação de cozinhas comunitárias. Neste sentido, a SMSAN tem unidades apoiadas nas administrações regionais do Cajuru, CIC e Tatuquara.



Foto 26 - Inauguração da nova unidade do programa Mesa solidária no Cajuru. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Plataforma de interação virtual do Banco de Alimentos do município criada (metas 1.1, 1.4, 2.1 e 2.2)

Visando a redução do desperdício de alimentos no município de Curitiba/PR, a otimização no processo de logística e utilização de recursos materiais e humanos, será implantada a plataforma virtual do Banco de Alimentos de Curitiba, sob intermédio da SMSAN, para aproximar empresas doadoras de gêneros alimentícios e instituições sociais que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. A referida plataforma encontra-se em fase de desenvolvimento e foram acrescentados ajustes de funcionalidades.

Rede de sacolões da família requalificada e ampliada (metas 1.4 e 2.1)

Promover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, através da rede de programas de acesso alimentar, a partir da requalificação da rede de sacolões e sua proposta de atuação e ampliação, como forte promotor do acesso e aumento do consumo de frutas e hortaliças a preços populares. Nas unidades estão sendo realizadas pinturas internas e externas, padronização da identidade visual, revitalização do piso e da parte elétrica, proporcionando assim melhores condições de trabalho e atendimento ao público. Encontra-se em desenvolvimento o sistema de integração temporal para acesso aos Sacolões da Família nos terminais de ônibus, desta forma oportunizando a gratuidade de acesso ao usuário, por um determinado tempo, ao serviço dos Sacolões da Família que ficam dentro dos terminais de ônibus, exclusivamente.



Foto 27 - Sacolão da Família, Regional Matriz. Foto: Hully Paiva/SMCS

Restaurante Popular Sustentável do Tatuquara implantado (metas 1.4 e 2.1)

Promover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, através da rede de programas acesso alimentar, na Regional Tatuquara, região que possui alta concentração de pessoas em vulnerabilidade social, oferecendo refeições a preços populares através do Programa Restaurante Popular, com uma versão construtiva a partir de parâmetros de sustentabilidade (energia solar fotovoltaica, captação de água da chuva, compostagem e área de horta). Esta unidade se encontra em fase de instauração de processo licitatório para a contratação de sua construção.



Foto 28 - Regional Tatuquara terá restaurante popular autossustentável. Foto: Divulgação/IPPUC

TRABALHO

Os direitos humanos dos trabalhadores são protegidos pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998), que “constitui-se em um instrumento que consagra, por intermédio de suas convenções, a necessidade de observância, por parte dos países, de determinadas normas diretamente ligadas à dignidade do trabalhador” (Organização Internacional do Trabalho, 1998, não p.)

Curitiba está comprometida com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no que se refere ao acesso ao mundo do trabalho e ao alcance do emprego pleno e trabalho decente (Curitiba, 2021, p. 21). Também o faz mediante políticas orientadas ao desenvolvimento de atividades produtivas, geração de emprego, empreendedorismo, criatividade e inovação, pelo incentivo à formalização e crescimento das micro, pequenas e médias empresas e, ainda, por meio de políticas de garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades (Curitiba, 2021, p. 58).

Dessa maneira, a Fundação da Ação Social (FAS) e a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (ACD), através das ações descritas abaixo, além de contribuir para o alcance da Agenda 2023, dão sustentação ao pilar ‘Trabalho’, do Pacto Global.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)

No âmbito do trabalho, a FAS “atua com ações de sensibilização e mobilização social, com foco na integração dos usuários em oportunidades do mundo do trabalho” (Fundação de Ação Social, 2023), principalmente voltando-se à população em situação de vulnerabilidade e risco social (Curitiba, 2022, p. 95).

Assim, atua promovendo o ODS 1 — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares — ao se empenhar para “erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas [...]” (meta 1.1); o ODS 8 — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos — ao procurar “promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação” (meta 8.3) e “reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor” (meta 8.5); o ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — buscando “progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos” (meta 10.1) e “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra” (meta 10.2); e, por fim, ao ODS 17 — Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável — buscando “adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo” (meta 17.5) e “respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável” (IPEA, 2019).

Programa de Preparação para o Primeiro Emprego (PPE) aprimorado (metas 10.2,8.3,8.5 e 17.15)

Adolescentes e jovens de Curitiba, com idade entre 14 e 17 anos, contam com a possibilidade de aumentar suas condições de conquista do primeiro emprego participando de vários cursos, com diferentes temas, além de aulas de reforço escolar em língua portuguesa e matemática. São ações promovidas pela Fundação de Ação Social – FAS, como parte do Programa de Formação para o Primeiro Emprego – PPE.

Com o apoio de diversos parceiros são oferecidas 1.000 (mil) vagas de por ano, para complementar a preparação de jovens e adolescentes para o mundo do trabalho. Isso, desde que tenham Ensino Fundamental completo ou que estejam em curso (em escola municipal); em vulnerabilidade e/ou risco social (com renda familiar de até 3 salários mínimos, valor regional), com prioridade para os já atendidos pela FAS.



Foto 29 - Programa Formação para o Primeiro Emprego. Na imagem, Jeferson Martins Leal dos Santos. Foto: Ricardo Marajó/FAS

“Liceu de Ofícios da Aprendizagem Profissionalizante” implantado (metas 1.1, 8.5, 10.1, 10.2, 17.5, 17.15)

O Espaço Aprendiz implantado em dezembro de 2023 é a unidade de referência do Programa Aprendiz (FAS), onde são realizadas atividades complementares com os Aprendizes que atuam nos setores do município, processos seletivos para vagas em contratos de Aprendizagem Profissional, palestras de integração para novos adolescentes contratados, ações com as entidades Qualificadoras de Aprendizagem e com os profissionais de referência do programa e ações com os servidores públicos que atuam como Orientadores dos Aprendizes nos demais órgãos do município.



Foto 30 - Adolescentes do Tatuquara se formam em curso de informática. Foto: Sandra Lima

Programa Liceu de Ofícios – Versão itinerante (metas 1.1, 8.5, 10.1, 10.2 e 17.15)

Oferta cursos gratuitos de desenvolvimento pessoal, formação e qualificação profissional, em diversas áreas com objetivo de promover novos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades para ampliar as condições de empregabilidade e geração de renda.

É destinado a pessoas a partir de 14 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social ou que estejam desempregadas e que buscam oportunidades no mundo do trabalho.

Foram ofertados cursos itinerantes do Programa Liceu de Ofícios, em espaço parceiro e OSC (SMSAN, SENAC, SENAI, SESC, Rede da Educação, Hotéis Sociais e Casa do Servo Sofredor) e unidades da Fundação de Ação Social (Hotel Social, CRAS, CREAS, Centro POP, UAI e Rua da Cidadania).

Sistema de Atendimento Móvel FAS implantado (metas 8.3, 8.5 e 10.1)

Em Curitiba, o trabalho é uma prioridade para a gestão municipal, que desenvolve vários serviços e programas voltados para capacitação e empregabilidade. Além do atendimento nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine), onde o trabalhador pode se cadastrar para vagas de emprego e solicitar o seguro-desemprego, os curitibanos têm acesso a vários programas e cursos ofertados gratuitamente pela Prefeitura para que possam se qualificar para o mercado de trabalho.

Todos os meses, são pelo menos 1.300 vagas em aproximadamente 20 cursos que podem ser escolhidos pela população, alguns deles exclusivos para o público atendido pela FAS, responsável pelas políticas da assistência social e do trabalho, emprego e renda em Curitiba.



Foto 31 - Atendimento nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Programa Liceu de Ofícios – Versão itinerante implementado (metas 1.1, 8.5, 10.1, 10.2 e 17.15)

Parceria da Fundação de Ação Social (FAS), da Agência Curitiba e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), o programa Liceu de Ofícios e Inovação segue o conceito do Vale do Pinhão de levar inovação, emprego e renda para toda a cidade. Carretas e contêineres equipados do Sistema Fiep/Senai funcionam como salas de aulas teóricas e práticas para os três cursos com carga horária de 60 horas (cada).

Programa 1º EmpregoTech (metas 8.3, 8.5 e 10.2)

De olho no promissor mercado de Tecnologia da Informação, a Prefeitura de Curitiba desenvolve o 1º Empregotech, programa que prepara adolescentes e jovens para o primeiro emprego na área de tecnologia.

O programa é coordenado pela Fundação de Ação Social (FAS), com apoio da Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação, e em parceria com a Digital Innovation One (DIO), que oferta a plataforma em que o curso é realizado. Conta também com o apoio de instituições de ensino, empresas de tecnologia e órgãos públicos.

Depois de formados, acontece a aproximação com empresas e startups do segmento, promovendo sua inserção nesse mercado de trabalho.

Em 2023, jovens de 16 a 29 anos preencheram todas as 500 inscrições ofertadas. Esta é a quarta turma do programa, lançado em 2020. A nova turma está participando gratuitamente dos cursos on-line para o desenvolvimento de softwares. Durante o curso, os jovens aprendem sobre desenvolvimento de software, incluindo conhecimentos de linguagens HTML, CSS e JavaScript.

Desde que foi criado, em 2020, o 1º Empregotech teve quatro turmas e formou 311 adolescentes e jovens. A próxima turma do programa será aberta no primeiro semestre de 2024.



Foto 32 - Estudante Paula Cristynna Santana Musardo durante aula inaugural da quarta turma do programa 1º Empregotech no salão de atos do Parque Barigui. Foto Daniel Castellano/SMCS



Foto 33 - Formatura da turma 2022 do Programa 1º Empregotech no SENAC. Na imagem, Nicolas Peres. Foto: Daniel Castellano/SMCS

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A (ACD)

A ACD contribui para os ODS e apoia o pilar 'Trabalho', ao atuar no fomento da atividade econômica e tecnológica, com foco na inovação e ênfase em parcerias público-privadas, e ao promover eventos que contribuam para o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas da cidade (Agência Curitiba de Desenvolvimento, 2023).

Nesse sentido, a ACD promove atividades ligadas ao ODS 05 — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas — ao buscar “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública [...]” (meta 5.5), “adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação [...]” (meta 5.c); ao ODS 08 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas — procurando “atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra” (meta 8.2), “promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação” (meta 8.3), “[...] garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor” (meta 8.5); e por fim, ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles — ao buscar: “progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos” (meta 10.1), e “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito” (meta 10.3). (IPEA, 2019).

Curitiba está entre as comunidades mais inteligentes do mundo. O desenvolvimento de soluções inovadoras garantiu à capital paranaense, nos últimos anos, reconhecimentos e premiações internacionais que lhe conferem títulos de *smart city* e *intelligent community*.

Mulheres impactadas pelo Programa Empreendedora Curitibana em número ampliado (metas 5.5, 5.c, 8.2, 8.3, 8.5 e 10.3)

O Programa Empreendedora Curitibana tem como objetivo principal fortalecer o empreendedorismo feminino e promover a autonomia financeira das mulheres de Curitiba e Região Metropolitana. É também um canal de conexão entre empreendedoras, líderes e comunidades locais, construindo uma rede de apoio e desenvolvimento. Em 2022, a Agência Curitiba, responsável pelo programa, realizou 22

eventos presenciais, com transmissão online, de capacitação e networking do Empreendedora Curitibana, com 3.523 alcances totais (2024 online). Já entre janeiro e agosto de 2023, o Programa realizou 32 capacitações e impactou 16.440 mulheres, sendo 686 mediante a Captação de Líderes e 10.502 mulheres por meio de outras atividades de capacitação e networking; em mentorias, foram 110 mulheres.

Das ações envolvidas, destaca-se o Prêmio Empreendedora Curitibana, que é bianual e reconhece iniciativas inovadoras de negócios comandados por mulheres. Em sua 5ª edição, o Prêmio 2023 tem, além de Curitiba, finalistas de cidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Almirante Tamandaré, Agudos do Sul e São José dos Pinhais. Elas concorrem nas categorias: Microempreendedora Individual (MEI), Micro e Pequena Empresa; Ideia Empreendedora; Iniciativa de Impacto Social e Startups. Foram 310 iniciativas inscritas, de Curitiba e outras 19 cidades da (RMC), e o evento de premiação será realizado em novembro.



Foto 34 - Prêmio Empreendedora Curitibana 2023 bate recorde de inscrições de Curitiba e RMC. Foto: Luiz Costa/SMCS

Programa Bom Negócio (8.3 e 10.1)

O Bom Negócio Vale do Pinhão é uma jornada de formação empreendedora, que foi relançado em 2018, e já capacitou mais de 29 mil pessoas. É um programa para quem já é empreendedor ou para quem quer montar o próprio negócio e busca qualificação em gestão, inovação e tecnologia. São cursos gratuitos na área de estratégias, marketing e vendas, startups, perfil empreendedor e finanças. Faz parte do Movimento do Ecosistema de Inovação de Curitiba para promover ações de Cidade Inteligente, alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O Programa tem como foco principal, instigar os micros e pequenos empresários a se voltarem a uma formação condizente a uma nova cultura de empreendedorismo e inovação, com compartilhamento de ideias, uso da tecnologia

como aliada ao crescimento e à economia criativa e colaborativa e como estratégia de desenvolvimento. Em setembro de 2023, iniciou mais um curso de capacitação para quem já tem micro ou pequeno negócio ou quer começar a empreender, o Estratégias para Micro e Pequenas Empresas (MPE). O curso é gratuito e o único pré-requisito para participação é o comprometimento em comparecer às aulas presenciais.

O Bom Negócio manteve-se ativo durante a pandemia – no formato on-line – e recentemente ganhou novos cursos, contando com sete jornadas, que totalizam 175 horas/aula. Na turma que iniciou em setembro, de Estratégias para MPE (ministrado pela Universidade Positivo), são 75 inscritos. Na de Aplicações em Java e Angular são 19 matrículas efetivas. Em Introdução a Power Apps Platforms são 16 matrículas efetivas, uma parceria com a Indra Minsait.

Até o momento, em 2023, foram abertas outras duas turmas de cada tema, (com exceção da turma de Startups, que ocorreu apenas uma vez, com 14 certificados). Foram 66 certificados em Marketing e Vendas (em parceria com a Uninter), 74 em Finanças, 39 em Estratégias para Micro e Pequenas, 56 em Perfil Empreendedor, 58 em Java e Angular, e 32 em Power Apps.



Foto 35 - Bom Negócio tem vagas abertas para curso de gestão para empreendedores de Curitiba. Foto: José Fernando Ogura/SMCS

MEIO AMBIENTE

A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1992), trabalha “com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra” (Declaração do Rio de Janeiro, 1992), com 27 princípios que norteiam as atuações em defesa das causas ambientais.

Sendo assim, as ações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), através dos atos descritos a seguir neste relatório, estão alinhadas com o Pacto Global no pilar ‘Meio Ambiente’, contribuindo também o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA)

A SMMA tem como missão “promover o uso sustentável dos bens e recursos naturais, manter e cuidar do meio ambiente da cidade de Curitiba. Formular, planejar e executar a política de preservação e conservação ambiental do município, de forma integrada e compartilhada com a população, promovendo a continuidade e elevação da qualidade de vida.” Seus valores são “a proteção ambiental da cidade; a restauração e a conservação da biodiversidade local; mitigação e adaptação às mudanças climáticas” (Curitiba, 2022, p. 544)

A SMMA realiza ações ligadas ao ODS 1 — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares — ao buscar “erradicar a pobreza extrema [...]” (meta 1.1) e “reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária [...]” (meta 1.2); ao ODS 3 — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades — na medida em que procura “acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis” (meta 3.3); ao ODS 6 — Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos — trabalhando para “alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos” (meta 6.1), “melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas [...]” (meta 6.3) e “aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores [...]” (meta 6.4); ao ODS 7 — Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos — procurando “manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional” (meta 7.2) e “reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa” (meta 7.a), e “expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos” (meta 7.b); ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles – ao buscar “progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos” (meta 10.1); ao ODS 11 — Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis – se empenhando no sentido de “aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos [...]” (meta 11.3), “fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial” (meta 11.4), “reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número

de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade” (meta 11.5), “reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; [...]” (meta 11.6), “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade” (meta 11.7), e “apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, [...]” (meta 11.a); ao ODS 12 — Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis – procurando “implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados” (meta 12.1), “alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais” (meta 12.2), “reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reúso de resíduos” (meta 12.5), “garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza [...]” (meta 12.8); ao ODS 13 — Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos – ao buscar “ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais” (meta 13.1); e por fim, ao ODS 15 — Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade — se comprometendo a “combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo” (meta 15.3) e “tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e [...] proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas” (meta 15.5) (IPEA, 2019).

Barracão de reciclagem EcoCidadão (metas 1.1, 1.2, 10.1, 11.6 e 12.5)

O Programa EcoCidadão visa melhorar a qualidade de vida dos catadores e fortalecer a rede de coleta e separação de materiais reutilizáveis, e conta com 40 Associações de Catadores de material reciclável, que recebem, triam e comercializam resíduos da coleta seletiva da cidade. Cada Associação participante recebe remuneração conforme a quantidade de material recebido, valor que é utilizado para cobrir as despesas. O lucro vem da venda dos materiais separados nos barracões instalados com a finalidade de atender esta etapa da cadeia do lixo.



Foto 36 - Catadores de Curitiba e região inscritos no Ecocidadão. Foto: Hully Paiva/SMCS

Educação Ambiental Municipal e Metropolitana (metas 3.3, 11.4, 11.a, 12.5 e 12.8)

Programas que promovem melhorias ambientais com a participação da comunidade e consistem na limpeza dos rios e na recomposição da vegetação nativa. Implantado em 2019, o Amigo dos Rios visa à melhoria e recuperação dos rios da cidade, com uma série de ações voltadas para a regularização das ligações de esgoto, fiscalização, limpeza de rios, obras e Educação Ambiental. É um trabalho amplo e integrado, que envolve também a comunidade com a formação de grupos de apoio local. Já o desafio 100 Mil Árvores para Curitiba foi lançado pelo prefeito Rafael Greca, originalmente, na primavera de 2019 e deveria ser concluído na primavera de 2020. Graças ao sucesso, o município vem renovando o desafio e toda a população pode participar.

Nas escolas municipais, os personagens da Família Folhas realizam apresentações de peças teatrais que integram uma ampla agenda em todas as regionais, além de outras participações em eventos com a população curitibana. Os personagens da campanha famosa na década de 1990 voltaram em março de 2022, para as comemorações do aniversário da cidade.



Foto 37 - Família Folhas fala sobre educação ambiental nas escolas municipais. Foto: Luiz Costa/SMCS

Reserva Hídrica do Futuro criado (metas 6.1, 6.4, 11.5, 11.6, 12.2 e 13.1)

A Reserva Hídrica do Futuro é um programa de resiliência e adaptação às mudanças climáticas, com ações previstas que incluem a interligação das antigas cavas do Rio Iguaçu para a formação de lagos, devendo ser possível suprir o abastecimento de água para a população em momentos de estiagem.

Na 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (Consead), foi encaminhada a contratação de um novo financiamento junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), para a viabilização de um programa de adaptação às mudanças climáticas e de aperfeiçoamento de políticas públicas de caráter social. A nova carteira de crédito, ainda em fase de estudo entre o município e a AFD, tendo foco em três componentes, sendo um deles a promoção da segurança hídrica, por meio de projetos técnicos que comporão o Programa da Reserva Hídrica do Futuro.

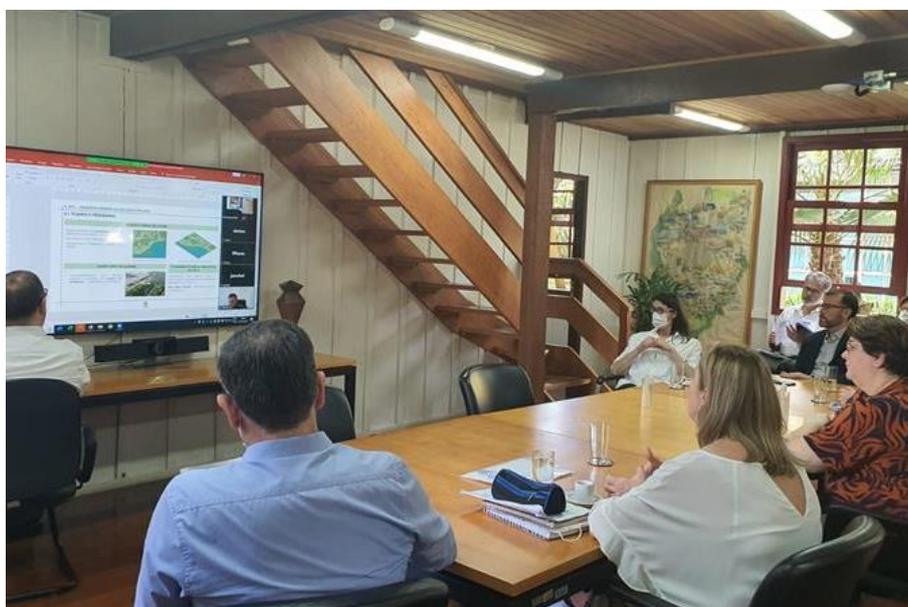


Foto 38 - 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (Consead) do IPPUC. Foto: Divulgação/IPPUC.

rede de distribuição da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e o valor é abatido da conta de energia do município. A economia estimada mensalmente é de 30% sobre o valor da conta de energia dos prédios públicos do município, o que pode representar, por ano, R\$ 2,650 milhões, que poderão ser revertidos em benefícios à população.

A energia solar é conhecida como a matriz energética que menos emite gases do efeito estufa durante a sua geração, colaborando para as ações da cidade contra as mudanças climáticas. Além disso, é renovável e não esgota recursos naturais para a sua geração. Selecionado pela rede de cidades C40 e contemplado com recursos do Cities Finance Facility (CFF) do C40 para elaboração, o projeto segue as regras de Geração Distribuída da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Também é uma colaboração do grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, que apoia cidades no desenvolvimento de projetos para reduzir as emissões de gases e frear o aumento da temperatura global.



Foto 40 - Pirâmide Solar do Caximba, parque Fotovoltaico de Curitiba. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Estruturas públicas beneficiadas com energia solar (metas 7.2, 7.b e 12.2)

A cidade investe e incentiva o uso de fontes renováveis, que além de promover economia aos cofres públicos, ajuda a reduzir a emissão de gases do efeito estufa, responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta e outros efeitos das mudanças climáticas. O Curitiba Mais Energia está entre as ações da cidade para mitigação das mudanças climáticas, listadas no Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba (PlanClima), resultado de estudos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), sendo um documento que estabelece as diretrizes da cidade no setor.

O PlanClima conta com o apoio da Rede C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima – grupo que reúne cidades como Nova Iorque, Paris, Barcelona, Amsterdã, Yokohama e Estocolmo. O objetivo das ações é tornar a cidade neutra em carbono, adaptada às mudanças climáticas e resiliente até 2050, alinhando-a às metas internacionais de enfrentamento do aquecimento global. A principal delas, do Acordo de Paris, é de conter o aumento da temperatura média global no limite dos 2°C, com esforços para que o aquecimento se estabilize em torno de 1,5°C. Por isso, o programa Curitiba Mais Energia busca popularizar o uso da energia renovável na cidade. A instalação dos painéis fotovoltaicos no Palácio 29 de Março, sede da Prefeitura de Curitiba, deu início ao Curitiba Mais Energia. O sistema funciona no Centro Cívico desde junho de 2019 e já foi responsável por evitar a emissão de mais de 70 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

A Galeria das Quatro Estações, no Jardim Botânico de Curitiba, e o Salão de Atos do Parque Barigui também contam com painéis solares. Os sistemas injetam a energia produzida na rede de distribuição da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e também garantem economia aos cofres públicos. A Prefeitura também iniciará, em breve, a terceira etapa de obras, visando a implantação de sistema fotovoltaico no telhado da Rodoferroviária de Curitiba (1.530 kWp). Com todos os sistemas instalados e em funcionamento, 60% da energia consumida pelos próprios municipais será renovável e gerada pelo município.



Foto 41 - Painéis solares instalados no teto da Prefeitura. Foto: Pedro Ribas/SMCS.

Usina fotovoltaica no Terminal do Santa Cândida (metas 7.2, 7.a, 7.b e 12.2)

O Curitiba Mais Energia, programa da Prefeitura de Curitiba que tem como objetivo ampliar o uso de fontes renováveis e menos poluentes na cidade, avança com as obras no terminal do Santa Cândida. Equipes trabalham no reforço das estruturas que vão receber 900 módulos fotovoltaicos para geração de energia elétrica.

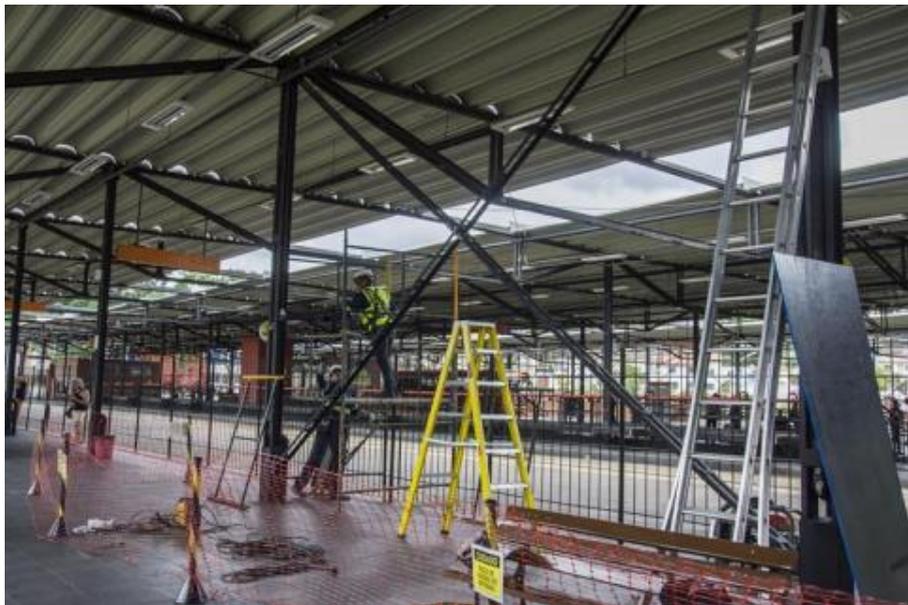


Foto 42 - Preparação para os futuros painéis fotovoltaicos no Terminal Sta. Cândida. Curitiba
28/02/2023. Foto: Levy Ferreira/SMCS

Usina fotovoltaica no Terminal do Boqueirão (metas 7.2, 7.a, 7.b e 12.2)

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente prevê a reforma na estrutura de sustentação da cobertura e a troca do telhado do terminal de passageiros do Terminal Boqueirão, sendo uma das obras que fazem parte da estratégia de geração de energia limpa Curitiba Mais Energia. As intervenções são necessárias para a instalação do sistema de geração de energia solar, onde cerca de 2,6 mil telhas estão sendo substituídas para receber a estrutura onde serão instalados os 2.156 painéis fotovoltaicos. O trabalho já alcançou 30% de execução. A colocação de 756 módulos de painéis fotovoltaicos, com capacidade de geração de 690 watts, será a última etapa dessa intervenção. O novo sistema, que permite uma economia de 60% no gasto com energia, já é realidade no Palácio 29 de Março (sede da Prefeitura), Salão de Atos do Parque Barigui, na Galeria das Quatro Estações (Jardim Botânico) e Pirâmide Solar da Caximba (Tatuquara).



Foto 43 - Vistoria de obras de instalações fotovoltaicas no Terminal do Boqueirão. Foto: José Fernando Ogura/SMCS

Sistema Integrado e Descentralizado de Tratamento de Resíduos e Disposição Final de Rejeitos implementado (metas 12.5)

O projeto que prevê o uso de resíduos sólidos urbanos – RSU, para geração de energia limpa, avançou durante a 53ª Assembleia do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Conresol), onde foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), representando o passo final do projeto para o novo sistema de tratamento de resíduos de Curitiba e Região Metropolitana. No mesmo evento foi assinado um protocolo de intenções com a Companhia Paranaense de Gás (Compagas) para incentivar a

produção de biometano, o que representa o aproveitamento da parcela orgânica dos resíduos.

Com a assinatura dos dois documentos, o Conresol passa a trabalhar na construção do edital de credenciamento que vai possibilitar a contratação de empresas para o tratamento dos resíduos sólidos brutos e na substituição à destinação dos resíduos em aterros sanitários. Com as duas iniciativas, os ganhos ambientais serão expressivos para Curitiba e região metropolitana. A substituição do coque de petróleo por Combustível Derivado de Resíduo Urbano - CDRU, somada a não destinação de resíduos em aterro sanitário representa a redução da emissão de 1,2 tonelada de dióxido de carbono na atmosfera para cada tonelada de CDRU processada. Este dado representa que, quando alcançada a capacidade de recebimento de CDRU pelas cimenteiras locais, cerca de 350 mil toneladas de dióxido de carbono por ano deixarão de ser emitidas para a atmosfera. Este expressivo resultado deixa Curitiba mais perto de alcançar a meta de neutralidade em carbono até 2050, proposta pelo Acordo de Paris, que é o maior desafio enfrentado pelas cidades do mundo na atualidade. O consórcio é formado por Curitiba e 23 municípios da região metropolitana e é responsável pela organização da gestão do sistema de tratamento e destinação dos resíduos sólidos.



Foto 44 - Prefeitura assina acordo com ABCP e protocolo com Compagas. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Plantio de árvores nos logradouros públicos (metas 11.6 e 15.3)

Curitiba é uma das cidades mais arborizadas do país e, nos últimos dois anos, rankings nacionais e internacionais apontam a capital paranaense como uma das dez cidades mais verdes do mundo. A última publicação brasileira a destacar a preservação das árvores em Curitiba foi o portal Engenharia 360, e outros rankings a destacam como

uma das dez cidades mais verdes do mundo é o portal ambiental Ciclo Vivo e da Culture Trip, bem como o The Roundup, que lista as 21 cidades mais ecológicas do mundo.

O destaque é resultado do trabalho de preservação de áreas que a Prefeitura faz na cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com o Programa Desafio 100 Mil Árvores. Lançado na primavera de 2019 para ser concluído na primavera de 2020, o programa evoluiu ao longo dos anos e, agora, tem a meta de plantar 100 mil árvores por ano.

Mesmo com a pandemia, que acabou por inviabilizar o plantio comunitário, foram plantadas 108 mil mudas no período proposto. O grande sucesso contou com a participação de empresas, Exército e escolas, e assim, o município chegou em março de 2023 a 330 mil árvores plantadas.



Foto 45 - Plantio das primeiras 250 árvores do corredor de cerejeiras-do-japão da Avenida Sete de Setembro, entre o Batel e o Centro. Foto: Levy Ferreira/SMCS

Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (metas 11.3 e 11.6)

O PlanClima é resultado dos esforços do Grupo de Trabalho GT Clima, que reúne 12 instituições, coordenadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e IPPUC. O material recebeu contribuições relativas ao seu conteúdo em reuniões com entidades como o Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba) e o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), tendo sua minuta discutida também no Fórum Curitiba Sobre Mudanças Climáticas. O documento traz a perspectiva de “governança inovadora”, e busca promover estratégias, articulação e integração de ações multissetoriais e transversais, almejando reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e aumentar a capacidade de adaptação da cidade aos riscos climáticos. Traz também um foco de atenção para os grupos mais vulneráveis aos riscos climáticos, visando a sua inclusão no planejamento, e propõe uma estrutura de governança que promova o envolvimento

e a participação do poder público, dos setores produtivos e da sociedade. O PlanClima traduz o empenho da cidade em consolidar uma política climática, para implementar ações transformadoras e inclusivas para entregar uma cidade neutra em emissões e resiliente ao clima até 2050, consistente com os objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A sua implementação, agora, depende do retorno do C40 quanto à validação dos dados da atualização dos Inventários de emissões.



Foto 46 - Cerimônia de Assinatura do decreto de aprovação do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas – PlanClima, no Salão Brasil. Foto: Daniel Castellano/SMCS

Programa Ecoponto ampliado (metas 11.6, 12.1 e 12.5)

A Prefeitura de Curitiba mantém os Ecopontos como locais apropriados para descarte correto de resíduos. Atualmente, tem-se 11 Ecopontos Mistos (recebem resíduos de construção civil – calça-, madeiras, restos de podas de árvores e de limpeza de jardins; mobiliários inservíveis, recicláveis, eletroeletrônicos; óleo de cozinha e gordura já usados) e 1 Ecoponto Reciclável (recebe materiais recicláveis, óleo de cozinha e gordura já usados).

Em parte deles já funciona também o Programa Municipal de Compostagem, comunitário, para receber resíduos domiciliares orgânicos que serão reaproveitados, gerando composto (adubo) que pode ser utilizado pelos bairros próximos, no cultivo de horta ou jardinagem, ao invés de simplesmente irem para o lixo.



Foto 47 - Novo Ecoponto para descarte de resíduos na Regional Bairro Novo. Foto: Daniel Castellano/SMCS

Programa Municipal de Compostagem Domiciliar implantado (metas 11.6 e 12.5)

O Programa incentiva a população a separar resíduos orgânicos secos, como cascas e restos de frutas e legumes, restos de verduras e talos, cascas de ovos, filtro e borra de café, saquinho de chá, folhas e restos de podas do jardim e levar para as composteiras comunitárias. Desde o início do programa, já foram compostadas 2,5 toneladas de resíduos que foram entregues nos Ecopontos por 80 participantes. As composteiras comunitárias estão em 11 Ecopontos da cidade, com capacidade para mil litros cada. Um zelador fica em cada Ecoponto para ajudar os moradores que levam seus resíduos orgânicos para serem colocados na composteira comunitária, e o material orgânico demora cerca de três meses para virar adubo. As datas para a retirada do adubo são avisadas pelos zeladores dos Ecopontos.

O Programa Municipal de Compostagem, além dos Ecopontos com a compostagem comunitária, vai abranger diversos segmentos da sociedade, passando pelas hortas comunitárias e incluindo grandes geradores. Além do Programa Municipal de Compostagem, vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Prefeitura tem o projeto piloto de compostagem na Fazenda Urbana (espaço do bairro Cajuru), administrado pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), sendo um projeto de compostagem que está transformando resíduos coletados por moradores da região em adubo para as hortas da comunidade. Com as ações do Compostroca, cascas de legumes, frutas, ovos e até filtros de café são separados por 22 famílias vizinhas e processados na central de compostagem do local. Na Fazenda Urbana também são oferecidas oficinas e cursos gratuitos que ensinam técnicas de compostagem para a população.



Foto 48 - Programa Municipal de Compostagem da Prefeitura de Curitiba no Ecoponto Érico Veríssimo, no Bairro Alto Boqueirão. Foto: Ricardo Marajó/SMCS

Roçada e limpeza urbana continuada (meta 11.7)

O trabalho de Zeladoria Urbana em Curitiba é permanente e garante condições boas e seguras das estruturas, vias e espaços públicos da cidade, incluindo as operações de roçada em vias e espaços públicos. Em 2022, os Distritos de Manutenção registraram um grande volume de serviço, realizado em 19,2 quilômetros quadrados – o equivalente a 2.461 campos de futebol. Curitiba é considerada a mais limpa e sustentável da América Latina, segundo ranking de Cidades Sustentáveis publicado pela revista canadense Corporate Knights, que mede a performance da sustentabilidade ambiental de 50 cidades do mundo. Na capital paranaense, cerca de 3 mil colaboradores trabalham na manutenção, conservação e limpeza pública da cidade. Entre eles estão funcionários da varrição de ruas, coleta de lixo domiciliar, Lixo que não é Lixo, lixo tóxico, varrição, roçada e capinação. Números Curitiba coleta por dia 1.559,41 toneladas de lixo orgânico

domiciliar. De lixo reciclável (lixo que não é lixo) são coletadas 67,51 toneladas em média por dia 3 mil colaboradores que trabalham na manutenção, conservação e limpeza pública de Curitiba.



Foto 49 - Ações de roçada de mato na regional Santa Felicidade, na Rua Calisto Cumin. Foto: Daniel Castellano/SMCS

Cadastro Verde (meta 12.2)

O programa Câmbio Verde é uma das iniciativas de sustentabilidade e controle de resíduos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que promove a troca de material reciclável por frutas e verduras. Entregou 441 toneladas de produtos orgânicos para 30.647 pessoas nos primeiros seis meses de 2023.

O Câmbio Verde acontece quinzenalmente (com exceção de feriados) em 103 pontos distribuídos pela cidade em datas e horários pré-determinados. A cada 4 quilos de lixo reciclável (papel, papelão, vidro, sucata ferrosa e não ferrosa) ou a cada 4 litros de óleo de cozinha usado acondicionado em garrafas PET, o programa concede um quilo de frutas e verduras da época para a população. Um dos principais objetivos do programa é incentivar a separação e destinação correta do lixo reciclável em Curitiba, e só em 2023 mais de 1,4 mil toneladas de resíduos e 6,8 mil litros de óleo foram coletados pelo Câmbio Verde.



Foto 50 - Moradores da Vila Acordes no Pinheirinho, participam do programa Câmbio Verde, lixo reciclado trocado por alimentos. Foto: Levy Ferreira/SMCS.

Aproveitamento do Rejeito da Reciclagem com potencial energético para produção de CDR Cooperativas de lixo – CDR (meta 12.5)

O termo de cooperação para formalizar o encaminhamento dos rejeitos da reciclagem para empresas cimenteiras que utilizam o material em seus fornos como Combustível Derivado de Resíduo (CDR) foi assinado por representantes de 37 associações do programa Ecocidadão da Prefeitura de Curitiba. Com o documento, formaliza-se a remuneração das associações pela separação e entrega do material para as cimenteiras. Ao todo, são enviadas, em média, 140 toneladas mensais de rejeitos recebidos das 37 associações ao aterro sanitário. O material utilizado é o que resta da triagem e que não tem viabilidade para reciclagem e venda. O CDR é um substituto

energético do coque de petróleo, geralmente usado como combustível para a fabricação de cimento. Com a substituição, é possível reduzir as emissões de carbono, diminuir passivos ambientais em aterros sanitários, gerar economia financeira para o município, que deixa de pagar o custo de aterro, e ajudar na geração de renda para os catadores.



Foto 51 - Assinatura do termo de cooperação. Foto: Pedro Ribas/SMCS

Fauna da cidade mapeada (meta 11.4 e 15.5)

No Dia Mundial do Meio Ambiente, foi aberta uma exposição que reúne ilustrações naturalistas feitas com caneta esferográfica e animais taxidermizados (empalhados) do Museu de História Natural do Capão da Imbuia. A exposição apresentou 48 telas com ilustrações de animais presentes no livro Inventário da Fauna de Curitiba 2023, lançado também na ocasião. As ilustrações expostas foram feitas pela dinamarquesa Birgitte Tümmmler, reconhecida artista visual conservacionista. Birgitte atuou com os pesquisadores do livro para produzir os desenhos. A obra compila todas as espécies catalogadas no município e é uma forma de valorizar a diversidade animal preservada pelas áreas verdes do município.

O livro feito em parceria com o Museu de História Natural do Capão da Imbuia conta com edição do pesquisador Fernando Costa Straube, além da participação de 100 pesquisadores vinculados a mais de 70 instituições nacionais e internacionais. São catalogadas mais de três mil espécies de animais no inventário que será revisado e relançado a cada quatro anos. O livro tem distribuição gratuita e versão digital. Cópias serão entregues para todas as escolas da rede municipal de ensino. Há QR codes dispostos na exposição para o acesso dos interessados.

Posteriormente, a exposição foi levada ao Museu de História Natural Capão da Imbuia, que é um dos principais acervos zoológicos brasileiros. O museu está sob a responsabilidade direta da Prefeitura de Curitiba desde 1981.



Foto 52 - Inventário da Fauna de Curitiba 2023. Foto: Pedro Ribas/SMCS

[Acervo Herbário do museu botânico municipal \(meta 11.4 e 15.5\)](#)

Reconhecido pelo seu significado na especialidade, o Museu Botânico Municipal é fonte de conhecimento para pesquisas científicas, estudos e divulgação da flora brasileira (a paranaense especialmente), e mesmo mundial. Entre os exemplares constam até algas da Antártica, fungos e líquens. Fundado em 28 julho de 1965, funciona na área onde está instalado o Jardim Botânico de Curitiba, desde 1992, e é administrado pelo Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. O Museu possui um Centro de Informação Botânica (acervo bibliográfico) e um Herbário com mais de 400 mil exsicatas (plantas secas, prensadas, fixadas em cartolina) identificadas e preservadas, que faz com que seja um dos mais importantes do Brasil em sua área. São dez as coleções botânicas dentro do Jardim Botânico de Curitiba. Elas existem como forma de preservação das plantas e elemento de Educação Ambiental.

A instituição participa de uma rede internacional de parceiras, que realiza a permuta de exemplares duplicados de seus acervos. O trabalho é contínuo e constante, tanto na adição de plantas às coleções existentes, como na criação de novas coleções dentro do espaço. Elas são resultado das análises da Comissão Especial Permanente para pesquisa, implantação e manutenção das coleções vivas do Jardim Botânico Municipal de Curitiba. O material do Herbário é o quarto maior do país e já está quase todo digitalizado.



Foto 53 - Museu Botânico, no Jardim Botânico. Foto: Pedro Ribas/SMCS.

ANTICORRUPÇÃO

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, desde 1996, relata que a “prevenção e a erradicação da corrupção são responsabilidades de todos os Estados e que estes devem cooperar entre si, com o apoio e a participação de pessoas e grupos que não pertencem ao setor público, como a sociedade civil, as organizações não-governamentais e as organizações de base comunitárias, para que seus esforços neste âmbito sejam eficazes” (Brasil, 2006), conduzindo políticas e práticas de prevenção “contra a corrupção efetivas que promovam a participação da sociedade e reflitam os princípios do Estado de Direito, tais como a integridade, a transparência e a *accountability*” (Brasil, 2006).

A Prefeitura de Curitiba está comprometida com a prudência fiscal, a desburocratização, a atuação transparente e a qualidade no uso do dinheiro público, o que se reflete nos produtos e serviços planejados pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal (Curitiba, 2021, p. 91). Além disso, o Instituto Municipal de Administração Pública oferece espaço para a participação popular através das diversas Consultas Públicas com o objetivo de ouvir a população sobre as prioridades da Administração Municipal. Dentre elas, destaca-se o Programa Fala Curitiba, apontado pela Organização das Nações Unidas como exemplo de governança, em 2018.

Dessa maneira, o município adere ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles —, e ao ODS 16 — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMAP)

O IMAP tem como missão “desenvolver, disseminar e implementar instrumentos, metodologias de aperfeiçoamento contínuo da Administração Pública, contribuindo para a transformação da sociedade.” (Curitiba, 2022, p. 226). Seus valores são: “ética; responsabilidade profissional; comprometimento; respeito pelo esforço pessoal e da equipe; valorização pessoal e profissional; transparência.

Seus esforços se refletem no atendimento ao ODS 10 — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles – buscando “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra” (meta 10.2); ao ODS 16 — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis 16 ao procurar “ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis” (meta 16.6) e “garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (meta 16.7).

Fala Curitiba (meta 10.2, 16.6 e 16.7)

O programa Fala Curitiba, chancelado como exemplo de governança, em 2018 pela ONU, desde então vem se consolidando como exemplo de participação cívica na cidade de Curitiba. Para o ano de 2022, o programa buscou maior adesão da população nos diferentes locais da cidade, assim foi implantado o Fala Curitiba Móvel, com quatro equipes itinerantes (duas pela manhã e duas à tarde), que se instalavam em locais pré-determinados pelos Administradores Regionais. Com dois carros plotados (kombis), mesas, banquetas e guarda-sóis identificados, além das equipes identificadas por colete do programa, o Fala Curitiba Móvel foi criado com o objetivo de ampliar a participação popular, dessa vez por meio da abordagem direta e oferta de formulários com os questionários. Acrescenta-se que a partir de 2022, as ações eleitas em 2021 de execução durante a LOA 2022 passaram a compor o Plano de Governo vigente. Já para o ano de 2023, as equipes do Fala Curitiba Móvel foram dobradas em relação a 2022, foram quatro equipes pela manhã e quatro à tarde, percorrendo os 75 bairros de Curitiba, dos materiais já utilizados em 2022, houve o incremento de tabletes com acesso à internet para as equipes envolvidas, visando ampliar a participação popular, por meio da abordagem direta, com oferta de formulários impressos com os questionários ou realizando a consulta pública de forma on-line, pelo Sistema Conecta no site fala.curitiba.pr.gov.br. Citam-se abaixo alguns destaques do programa para o ano de 2023:

De 22 a 24/03/2023, o programa Fala Curitiba foi citado como caso de sucesso da Prefeitura Municipal de Curitiba, no evento Smart City Expo Curitiba, que apresenta soluções para cidades inteligentes.

Em 20/04/2023 – apresentado o Programa Fala Curitiba em reunião ordinária do CONCITIBA – Conselho da Cidade de Curitiba.

De 13 a 15/06/2023 o programa Fala Curitiba foi citado como caso de sucesso da Prefeitura Municipal de Curitiba, no evento promovido pelo C40 Cities, no qual o Superintendente Ibson de Campos representou o Município de Curitiba como Delegado, foi o Workshop sobre Cidades de 15 Minutos: "Criação de Bairros e Espaços Públicos Verdes Saudáveis" em Santiago – Chile.

De 05 a 06/07/2023 o programa Fala Curitiba participou na edição 2023 da Expoeducação, no Parque Barigui promovido pela SME – Secretaria Municipal de Educação, realizou 8 oficinas que promoção do programa para os profissionais inscritos pela RME – Rede Municipal de Educação.

Em 31/08/2023 – apresentado o Programa Fala Curitiba em reunião ordinária do CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba.



Foto 54 - Fala Curitiba na Regional do Tatuquara. Foto: Hully Paiva/SMCS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SMAP)

A visão da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação é “ser uma organização reconhecida em âmbito interno e externo à Prefeitura de Curitiba, que propicie os meios para que os demais órgãos alcancem os objetivos fins com a população, proporcionando um padrão de excelência na administração pública. [...]”. Dentre os seus valores, estão a transparência, a integridade, a ética e a responsabilidade (Curitiba, 2022, p. 368).

A ACD contribui para a realização do ODS 16 — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis — ao buscar “ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis” (meta 16.6) e “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.” (meta 16.10).

Portal de Dados Abertos (metas 16.6 e 16.10)

Como parte de uma iniciativa maior de transparência e cidadania participativa, o Portal de Dados Abertos de Curitiba é uma ação da Prefeitura Municipal de disponibilização, através da internet, de documentos, informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade, garantindo à mesma, acesso aos dados primários, de forma que possam ser reutilizados produzindo novas informações e aplicações digitais para a sociedade. Na primeira versão do Portal, são disponibilizadas bases de dados dos diversos órgãos do Governo Municipal de Curitiba para download. A cada mês, novas bases são disponibilizadas em formato aberto para uso e edição irrestrita de seus usuários, sem a necessidade de assinatura de termo ou de identificação pessoal, com ou sem finalidade comercial.

Sistema de contratos aprimorado (meta 16.6)

Com foco na inovação e busca continua na melhoria dos fluxos e processos dentro da administração pública municipal, o Departamento de Gestão de Serviços da SMAP, que tem entre outras atribuições a gestão de contratos estratégicos para a Prefeitura de Curitiba, programou aprimorar o sistema de contratos. Após a análise e o levantamento de requisitos necessários, foram efetuadas melhorias no sistema utilizado, bem como a migração do Portal Contratos para a nova plataforma SGP Web.

Correções e adequações necessárias estão sendo realizadas, dentre elas, nos processos e fluxos oriundos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a NLLC (Lei 14.133/2021). Os sistemas corporativos da Prefeitura estão sendo adequados

para que a NLLC possa ser cumprida. Eles estão sendo integrados ao Portal Nacional de Contratações Públicas, site único de licitações do Brasil, criado a partir da NLLC, que visa garantir transparência aos processos.



Foto 55 - Reunião da nova lei de licitações e contratos com o grupo de trabalho da Prefeitura.
Foto: Levy Ferreira/SMCS

REFERÊNCIAS

Agência Curitiba de Desenvolvimento – Prefeitura Municipal de Curitiba. Sobre. 2023. Disponível em: <http://www.agenciacuritiba.com.br/sobre-agencia/o-que-nos-fazemos//>. Acesso em: 28 set. 2023.

Brasil. Decreto nº 58687, de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Decreto Nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

Curitiba (Município). Lei nº 15926, de 13 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022-2025. Plano Plurianual. Curitiba, Disponível em: https://orcamentos.curitiba.pr.gov.br/plano_plurianual_2022_2025/PPA2022%E2%80%932025.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

Curitiba. João Vicente Ferrari (org.). Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública. Relatório de Gestão da Prefeitura de Curitiba – 2022. Curitiba: Imap, 2022. 618 p. Disponível em: http://imap.curitiba.pr.gov.br/arquivos/rel_gestao_2022.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

Declaração do Rio de Janeiro. Declaração do Rio de Janeiro. 1992. Estudos Avançados, 6(15), 153–159. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013>

Fundação de Ação Social de Curitiba – Prefeitura Municipal de Curitiba. Apresentação. 2023. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2019. Desenvolvido por Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods>. Acesso em: 11 set. 2023.

Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 29 set. 2023

Organização Internacional do Trabalho. Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT – 1998 Disponível em: https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf; Acesso em: 29 set. 1998.

Pacto Global. 10 princípios. 2023. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 28 set. 2023.